

PEC 443: APBC e Fórum defendem simetria entre as Funções Essenciais à Justiça

A Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a PEC 443/2009 realizou, em 1º de dezembro, na Câmara dos Deputados, em Brasília, um seminário para discutir a proposição, que trata dos subsídios das carreiras jurídicas.

O seminário foi dividido em duas mesas. A primeira foi destinada às discussões das demandas das Carreiras Essenciais à Justiça; Carreiras Jurídicas e Carreiras de Estado - conceitos, histórico, atribuições e fundamentos constitucionais. Na segunda mesa, o foco foram as outras carreiras que pleiteiam ser beneficiadas pela PEC.

O presidente do Fórum Nacional, Allan Titonelli, que compôs a mesa de debates, enfatizou a inclusão da Advocacia Pública como função essencial à Justiça pediu o tratamento isonômico ao conferido à Magistratura e ao Ministério Público. "O Constituinte Originário não fez nenhuma hierarquização entre os órgãos das Funções Essenciais à Justiça. Ele quis dizer também que elas deveriam ter o tratamento isonômico, e isso inclui a remuneração.", disse. Ainda segundo Titonelli, a proposta não quer trazer uma diferenciação de carreiras. "Em nosso país não existe o regime de castas, de hierarquização de carreiras. Se for para fazer uma revisão geral dos subsídios, que seja para todos os servidores públicos, não apenas para alguns", enfatizou.

O presidente da APBC, Fabiano Jantalia, falou durante o seminário. Em sua intervenção, Jantalia ressaltou que, embora se reconheça a necessidade de se discutir a questão remuneratória para outras carreiras, a sede apropriada para tal debate não é a PEC 443. "A proposição não se baseia em um juízo de valor sobre a prevalência das carreiras da Advocacia Pública sobre outras. Não queremos condição superior às outras carreiras, não é disso que se trata. O que nos inspirou a trazer esta PEC ao Congresso não foi uma questão meramente salarial, mas sim uma questão de premissa: os advogados públicos exercem função essencial à Justiça e precisam ser tratados como tais", afirmou. "A



Fotos: Eurípedes Teixeira



questão em jogo, portanto, é ajustar o texto do artigo 131 aos desígnios do constituinte originário. Precisamos nos manter fiéis aos objetivos precípuos desta PEC", complementou.

Fizeram também uso da palavra, defendendo a exclusividade da PEC em relação às funções essenciais à Justiça, a vice-presidente do Fórum Nacional, Joana Melo, a presidente da Comissão Nacional da Advocacia Pública da OAB, Meire Mota, o ex-deputado federal e vice-presidente da ANPPREV, Carlos Mota e o Presidente da ANAUNI, Marcos Luiz Silva.

Além do presidente, compareceram ao seminário representando os Procuradores do Banco Central o vice-presidente da APBC, Fabrício Nogueira, e o associado Maurício Saliba (DF).

O prazo da Comissão Especial foi prorrogado por 20 sessões. Em razão disso, o parecer deverá ser apreciado somente em 2012.

PEC 452: APBC atua para aprovar matéria na CCJ

A APBC, em parceria com o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, articula, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, a inclusão, na pauta de votações, do parecer pela constitucionalidade da PEC 452/09, que reestrutura a Advocacia-Geral da União. A PEC 452, assim como a PEC 443, integra o Movimento de Reforma da Advocacia Pública Federal, deflagrado em 2009 pelo Fórum Nacional.

Recentemente, a deliberação da matéria quase se confirmou, mas, com início da ordem do dia do plenário da Câmara, os trabalhos da CCJ foram suspensos. Porém, o presidente do colegiado, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), garantiu que antes do recesso parlamentar, com início em 22 de dezembro, a proposta de emenda à Constituição seria apreciada pelo colegiado.

A matéria tem como relator o deputado Fábio Trad (PMDB/MS), que emitiu parecer pela constitucionalidade. Depois de aprovada na CCJ, a matéria será analisada, no mérito, em Comissão Especial por quarenta sessões.

CONFERÊNCIA DA OAB

APBC representou Carreira no painel da Advocacia Pública

Página 3

DEMANDAS DA CARREIRA

Diretoria encaminha à PGBC pleitos de interesse dos procuradores

Página 5



Balanço do ano antecipa desafios para 2012

O ano de 2011 se encerra e a Diretoria da APBC revisita as principais ações implementadas desde que assumiu a gestão da entidade em abril.

Podemos falar em fases ou ciclos e afirmar que, em 2011, experimentamos uma boa evolução administrativa e política. O primeiro ciclo foi voltado para providências administrativas com destaque para a reorganização da gestão interna, a mudança de sede e a revisão de contratos e procedimentos.

No momento seguinte, a Associação passou a dedicar-se a importantes questões funcionais como a disciplina das funções e o direito à manifestação dos Procuradores. Merece destaque

ainda o intenso trabalho político para provimento das 100 vagas de Procurador do Banco Central, criadas pela Lei nº 12.253/10.

Todas essas demandas de cunho funcional foram encaminhadas ao gabinete da PGBC, mas, até o momento, não se obteve o esperado retorno sobre os desdobramentos. Esperamos ansiosos por breves respostas e nos colocamos à disposição da Administração para debater soluções.

Paralelamente à agenda funcional da carreira, à qual vamos continuar dedicando esforços no ano que se avizinha, a APBC quer ampliar seus horizontes de atuação em 2012. Vislumbramos ter participação mais técnica nas instâncias

do Congresso Nacional, por exemplo. Os quadros de excelência na carreira de Procurador do BC precisam compartilhar seus conhecimentos sobre as áreas específicas que lidam no dia a dia.

A meta da APBC é que a Associação e os Procuradores cada vez mais sejam protagonistas na formulação e divulgação de subsídios sobre regulação do sistema financeiro, inclusão e educação financeira.

É neste contexto que chamamos cada colega Procurador a se juntar à APBC com o firme propósito de fortalecer nossa representação perante os poderes da República e toda a sociedade.

A Diretoria

Associado receberá demonstrações financeiras

A Diretoria da APBC iniciou, em dezembro, o envio de demonstrações financeiras mensais a todos os seus associados, conforme compromisso assumido no início dessa gestão.

A medida tem por objetivo conferir ainda mais transparência na gestão dos recursos da entidade, permitindo que cada associado acompanhe, por meio de um relatório discriminado e devidamente explicado, as receitas e despesas. O modelo de demonstrativo foi defi-

nido após o posicionamento técnico da assessoria contábil da APBC, que se manifestou favoravelmente à proposta da Diretoria e apresentou algumas sugestões.

No documento, as despesas serão classificadas por grupos de rubricas, o que permite que o associado analise os gastos de forma global ou segmentada. As demonstrações serão sempre precedidas de breves notas explicativas, elaboradas pela própria Diretoria, em que o compor-

tamento das receitas e despesas do mês será devidamente analisado e esclarecido.

O primeiro demonstrativo, enviado em dezembro por e-mail, refere-se ao mês de setembro. Em breve, serão enviadas as demonstrações financeiras dos meses subsequentes. A expectativa é de que, ainda no primeiro semestre de 2012, os demonstrativos passem a ser disponibilizados na área restrita do site da APBC.

Caixa corporativa

A Associação informa que passou a dispor de caixa postal corporativa no âmbito da comunidade do Banco Central. O pleito foi apresentado ao Diretor de Administração do BC em novembro e foi prontamente atendido pelo titular da DIRAD.

Com essa ferramenta eletrônica dentro do ambiente do BC, a Associação alinha seus instrumentos de comunicação aos que já são disponibilizados às demais entidades representativas dos servidores do Banco.

Todo o trabalho de configuração e disponibilização da nova caixa postal junto ao DEINF foi conduzido pessoalmente pelo Diretor Social José Augusto e pelo Secretário-Geral Ricardo Balota.

Novos Procuradores do BC tomam posse

No último dia 14 de dezembro, dois novos Procuradores do BC, aprovados no último concurso, tomaram posse em cerimônia no auditório Dênio Nogueira do Banco Central.

Juliana Marques Franca e Vinicius Xavier Ferreira ingressam nos quadros da carreira com lotação em Brasília.

Diretores da APBC estiveram presentes na posse para parabenizar e dar boas-vindas aos dois novos colegas que chegam à Casa.



Fabrício Nogueira, Juliana Franca, Vinicius Xavier e Sérgio Murta

APBC representa carreira em Conferência Nacional da OAB

O Conselho Federal da OAB promoveu a XXI Conferência Nacional dos Advogados, na cidade de Curitiba, entre os dias 20 a 24 de novembro. O destaque foi a realização, em 23/11, de painel exclusivo e inédito para debate dos temas relacionados à Advocacia Pública.

O painel "Advocacia Pública, Missão e Prerrogativas" foi prestigiado por diversas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da Advocacia Pública. O Presidente da APBC, Fabiano Jantalia, que também é Conselheiro Seccional da OAB/DF, compareceu ao evento para representar a entidade e falou sobre o tema "O papel do Advogado público nos Órgãos de Regulação, Fiscalização e Controle".

Em sua exposição, Jantalia destacou inicialmente a relevância do advogado público na seara regulatória. "O advogado ou procurador é um ator essencial no processo regulatório. É ele que pavimenta juridicamente as medidas administrativas que o Estado empreenderá para limitar e condicionar o exercício da atividade econômica pelos agentes econômicos".



Fotos: Eugenio Novaes
Presidente Ophir Cavalcante discursando na abertura da Conferência

Jantalia frisou, no entanto, que essa missão impõe diversos desafios aos advogados públicos. "Como a regulação econômica é um tema multidisciplinar, o profissional precisa ir em busca de outros conhecimentos, além dos jurídicos. É preciso, ainda, que ele seja criativo, inovador e atento aos objetivos da edição da norma, não se atendo a um exame frio e meramente formal das minutas de atos que lhes são encaminhadas".

Ao tratar da questão da fiscalização e controle, o dirigente afirmou que a função maior do advogado público é garantir o bom uso dos recursos

públicos, assegurando, por outro lado, que os instrumentos de fiscalização e controle não afetem direitos e garantias fundamentais. "O advogado, aqui, funciona como um meio de controle do controle", disse Jantalia. O presidente da APBC destacou, contudo, que os órgãos de controle, especialmente o TCU, têm praticado abusos inaceitáveis em face dos próprios advogados públicos. "Infelizmente, ainda se vê, no TCU, o cometimento de um erro primário de foco, que é a tentativa de se responsabilizar o advogado público por seus opinamentos jurídicos. Isso é de uma inconstitucionalidade patente, na medida em que afronta a inviolabilidade do advogado, prevista no art. 133 da Constituição Federal".

Jantalia propôs a intervenção da OAB neste ponto. "É uma questão de violação de prerrogativas". A presidente da Mesa, a Conselheira Federal Meire Monteiro, submeteu aos presentes a proposição, que foi aprovada, e consta do rol de deliberações da Conferência que serão submetidas à Diretoria do Conselho Federal da OAB.

Procurador do BC presidirá Comissão na OAB de Pernambuco

No dia 24 de outubro, foi instalada, em Pernambuco, a Comissão de Estudos Constitucionais (CEC) da OAB/PE. O colegiado, criado para atender às demandas de análise da constitucionalidade, sob o amparo da Constituição Estadual e da Constituição Federal, tem como objetivo promover a cidadania. A Comissão será presidida pelo Procurador do Banco Central Marcelo Labanca Corrêa de Araújo.

Para Labanca, é importante destacar o papel da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/PE. Segundo o Procurador do BC, a Comissão é co-irmã do colegiado de mesmo nome do Conselho Federal da OAB, cuja finalidade é examinar questões constitucionais e fornecer subsídios para que o Conselho Federal e o Estadual possam avaliar proposituras

de ADIns e outros instrumentos imprescindíveis para a defesa da ordem jurídico-democrática.

"O fato de um Procurador do Banco Central ter sido escolhido para a presidência da Comissão reforça uma convicção de que a Advocacia Pública e a Privada caminham em uma mesma direção, em defesa da ordem jurídica e de valores democráticos sedimentados dia a dia pela Ordem dos Advogados do Brasil", destaca Labanca.

OAB/PE

Segundo o presidente da OAB/PE, Henrique Mariano, caberá à Comissão analisar questões relativas à constitucionalidade de atos,



leis e projetos de lei em face da Constituição do Estado de Pernambuco ou da Constituição Federal.

Também será papel da nova CEC analisar as possibilidades de controle da constitucionalidade em nível estadual, diretamente pela Seccional Pernambuco, ou em nível nacional,

mediante provocação ao Conselho Federal da OAB.

Integram o colegiado: a vice-presidente Gabriela Barreto Gadelha; o secretário Glauco Salomão Leite; e os membros Pedro Menezes de Carvalho, Maria Lúcia Barbosa e Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão.

APBC presente no II Encontro Nacional da PGBC

A convite do Gabinete da Procuradoria-Geral, a APBC participou de painel do II Encontro Nacional da PGBC, realizado entre os dias 23 a 25 de novembro, no Rio de Janeiro.

A Associação foi representada por seu presidente, Fabiano Jantalia, que participou de painel sobre a interação entre os órgãos jurídicos da advocacia pública. Também compuseram a mesa de debates: o Procurador Erasto Vila-verde de Carvalho Filho, representante da carreira no CSAGU; a Procuradora Fátima Regina Máximo Gurgel, chefe da Procuradoria no Rio de Janeiro; e a Advogada da União Tânia Patrícia Vaz, diretora do Departamento de Gestão Estratégica da AGU.

Em sua exposição, Jantalia destacou o fato de ser a primeira oportunidade em que a APBC foi convidada a participar do evento. "Apesar de estarmos apenas na segunda edição, o convite à APBC demonstra sensibilidade e grande respeito pela representação dos Procuradores. É uma importante evidência de abertura ao diálogo por parte do Procurador-Geral", frisou o presidente.

O dirigente da APBC fez uma reconstituição das diversas fases do processo de aproximação da PGBC com os demais órgãos jurídicos da Advocacia Pública Federal. "Depois da integração remuneratória, no início dos anos 2000, passamos pela integração associativa, que teve seu marco fundamental na criação do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, em 2007. Em seguida, veio a etapa de interação institucional, que se iniciou com a mera troca de vagas em cursos oferecidos pelo CEJUR/PGBC e pela Escola da AGU e que atingiu seu ápice com a integração da PGBC ao Conselho Superior da AGU".

Jantalia disse que essa aproximação teve pelo menos um grande resultado, que é o de ver a carreira de Procurador do Banco Central ser hoje reconhecida



Fátima Gurgel, Erasto Vila-Verde, Tânia Vaz e Fabiano Jantalia

pela própria AGU como integrante de seu sistema jurídico. O presidente disse que, mesmo com todo o progresso, ainda é necessário avançar em alguns pontos importantes, mas fez questão de reconhecer o que já se fez até o momento. "Crescemos bastante e precisamos valorizar o que já foi feito. Mas devemos olhar para frente, pois ainda temos bons desafios até a tão sonhada integração orgânica, que, esperamos, virá com o advento da nova Lei Complementar da AGU para contemplar os Procuradores do BC efetivamente como uma quarta carreira do sistema AGU."

Desafios à vista

No que diz respeito aos desafios a serem enfrentados, Jantalia citou a necessidade de uma maior harmonização normativa. "Precisamos incorporar algumas premissas e normas que a AGU já adota há algum tempo. Cito, por exemplo, a importância de se abolir as restrições à promoção dos Procura-

dores em estágio probatório, algo que já foi superado no âmbito da AGU. É preciso ainda trabalhar de forma mais descentralizada, valorizando os profissionais da ponta, das regionais, que hoje cuidam apenas de assuntos de repercussão local".

Sugestões apresentadas

O presidente da APBC aproveitou a oportunidade do evento ainda para apresentar algumas sugestões, como a institucionalização de um intercâmbio entre Procuradores e analistas da PGBC com a AGU e até com os demais entes da regulação financeira. "Porque não passarmos uma semana vendendo como eles trabalham, que desafios enfrentam e eles virem ao BC para colher a mesma vivência? Seria proveitoso para todos os lados". Outra sugestão foi a de buscar uma integração dos sistemas informatizados, o que, segundo Jantalia, propiciaria uma melhor visão de todo o sistema jurídico da AGU.

Jantar de confraternização da Febraban

Atendendo a convite inédito, a APBC, por meio de seu presidente, esteve presente no Jantar Anual de Confraternização dos Dirigentes de Bancos, tradicional evento de final de ano promovido pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF). O evento foi realizado em São Paulo em 24/11.

Além de presidente e diretores

das maiores instituições financeiras do país, diversas autoridades como o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, o presidente do Banco Central, ministro Alexandre Tombini, e o Procurador-Geral do BC, Isaac Ferreira, estavam presentes.

No evento, o presidente da APBC, Fabiano Jantalia, conversou com o presidente da Febraban, Murilo Portugal, e com o diretor jurídico da

entidade, Antônio Negrão. "Nosso aceite ao convite e nossa presença aqui refletem a convicção da atual diretoria de que é necessário manter uma interlocução com todos os atores do Sistema Financeiro. Mesmo estando em posições diferentes, de reguladores e regulados, podemos debater de forma isenta os grandes temas afetos à regulação do SFN", destacou Jantalia.

Pelas Regionais

Dirigentes da APBC visitam regionais

Conhecer um pouco da realidade local e passar aos colegas algumas informações sobre as atividades desenvolvidas pela atual gestão da Associação. Essas foram as motivações das visitas de dirigentes da APBC a regionais da Procuradoria, nos meses de setembro, outubro e novembro.

Curitiba e Rio de Janeiro

A visita na regional de Curitiba e do Rio foi realizada pelo presidente da Associação, Fabiano Jantalia. Em 23 de novembro, em Curitiba, o colega foi recebido pelo representante da APBC, André Cerqueira, e mais dois associados, Albino Matias, que é também membro do Conselho Fiscal, e Fernanda Rosa Rodrigues.

Já no Rio de Janeiro, a visita aconteceu no dia 25 do mesmo mês. Na capital carioca, a APBC foi ciceroneada pelo representante suplente da carreira no Conselho Superior da AGU, Luis Claudio Freitas, e pelo representante local da entidade, Renan Legay Vermelho.

Na ocasião, o presidente conversou com diversos associados e fez um relato detalhado sobre as ações em curso com vistas ao aprimoramento administrativo da entidade. Falou ainda sobre as gestões políticas que vêm sendo adotadas pela APBC e os principais temas da agenda da Associação no momento. Também trocou idéias com alguns colegas que ainda não são associados, convidando-os a tomar parte da entidade.

Porto Alegre

Em Porto Alegre, os colegas Procuradores receberam a visita do diretor Social, José Augusto Soares, que estava na cidade para ministrar um curso. Além dos Procuradores, o encontro reuniu técnicos e analistas que atuam na Regional da PGBC no Rio Grande do Sul.

José Augusto relatou que o encontro é uma prática do Procurador Chefe da Regional do Rio Grande do Sul, Lademir Gomes da Rocha. O objetivo é debater assuntos pertinentes à Procuradoria. Para ele, o bate-papo serve para solucionar problemas. "É um diálogo aberto e franco".

A opinião é compartilhada pelo vice-presidente, Thiago de Castro Mello. "Nessas reuniões, são debatidos vários temas, como critérios de



Presidente Fabiano Jantalia em conversa com os colegas procuradores da regional de Curitiba



O diretor José Augusto esclareceu aos Procuradores da regional do Rio Grande do Sul as principais ações da APBC

distribuição de processos, divulgação de assuntos relativos aos projetos do banco, peças que dispensam assinatura conjunta", comenta.

A idéia, revela o dirigente da APBC, é apresentar este modelo de gestão democrático e eficiente para que um dia possa ser regra na PGBC. "Temos que plantar essa semente e a divulgação é um primeiro passo".

O Diretor Social da APBC, José Augusto, comentou que, durante a visita, pode constatar "in loco" o que já havia ouvido dizer várias vezes: "o ambiente de trabalho na regional do Rio Grande do Sul é excelente! Acho que isso é reflexo desse relacionamento aberto entre seus integrantes", concluiu.

Na opinião dos dirigentes da APBC, as visitas foram proveitosas, na medida em que permitiram à Associação identificar algumas demandas pontuais dos Procuradores de cada unidade. As reivindicações colhidas foram encaminhadas ao Gabinete da Procuradoria-Geral.

Belo Horizonte e São Paulo

Em setembro e outubro respectivamente, as regionais de Belo Horizonte e de São Paulo receberam a visita do vice-presidente, Fabrício Nogueira. Aproveitando o ensejo dos cursos que ministrava nessas Regionais, o vice-presidente visitou os colegas para trocar ideias sobre a carreira e sobre a atuação da APBC. Em Belo Horizonte, Fabrício foi recebido pelos colegas Paul Krause, Vincenzo Florenzano, José Luciano, pelo Procurador-Chefe, Leandro Novais, e pela ex-presidente da APBC, Ana Luisa Fernandes. Já em São Paulo, o vice-presidente foi ciceroneado pelo Procurador-Chefe, César Cardoso, que, além de reconhecer a relevância da visita, aproveitou a ocasião para destacar a importância da associação na defesa dos interesses da carreira e para conclamar os colegas não associados a fazerem parte da APBC. De acordo com César, "a visita de dirigentes da APBC é importante para que a realidade e os problemas das regionais sejam melhor conhecidos."

Demandas da Carreira

Diretoria faz encaminhamentos à PGBC

Em 24 de novembro, a Associação encaminhou dois ofícios ao Procurador-Geral do BC, Isaac Sidney Menezes Ferreira, tratando de assuntos conexos e importantes para a carreira: a mobilidade interna e as remoções. No primeiro ofício, a APBC, atendendo a pedidos de diversos associados, submeteu ao Procurador-Geral o pleito de que fosse aberto um procedimento de mobilidade interna para os Procuradores lotados em Brasília, de modo a permitir que os colegas da capital federal pudessem ter a oportunidade de mudar para áreas da PGBC que sejam de seu maior interesse. A Diretoria da APBC ponderou com o Procurador-Geral que, diante da iminência da chegada de novos colegas, abrir-se-ia uma oportunidade para a conciliação do interesse individual com o interesse do serviço, que não seria em nada afetado.

Mobilidade

O Gabinete da PGBC atendeu

prontamente ao pleito da entidade. No próprio dia 24/11, o Procurador-Geral determinou a abertura do procedimento de mobilidade. O fato foi noticiado no final da tarde em comunicado enviado pela Chefia de Gabinete da PGBC, que oportunizou aos Procuradores lotados em Brasília a apresentação, por e-mail, de manifestação de interesse em mudar de área de atuação.

As manifestações de interesse foram encaminhadas por e-mail para o CEJUR até o último dia 30/11.

A APBC agradece ao Procurador-Geral pela pronta e positiva resposta ao pleito da entidade.

Remoções

Em outro ofício, a APBC informou ao Procurador-Geral a edição, pelo ministro da Fazenda, da Portaria Interministerial nº 517, de 22 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 24/11, instituindo nova disciplina para as remoções a

pedido dos membros das carreiras de Advogado da União e Procurador da Fazenda Nacional.

Por meio do ofício, a entidade encaminhou cópia da referida portaria, a título de subsídio, e reiterou o pleito de que se edite, com a máxima brevidade possível - e, se possível, até o final do ano - um Regulamento de Remoções para a carreira de Procurador do Banco Central.

Com isso, a APBC busca ver finalmente estabelecida uma disciplina estável e permanente para o tema, que é considerado pela entidade como um dos mais importantes a serem equacionados neste momento.

Em resposta ao encaminhamento da Associação, a Chefia de Gabinete da PGBC informou que o teor da portaria interministerial será considerado na elaboração do regulamento e que o Procurador-Geral já solicitou a sua assessoria que seja conferido tratamento prioritário ao assunto.

Associação pleiteia melhorias para PR2RJ e PREPR

Nas visitas que os dirigentes da APBC realizaram às regionais, os colegas Procuradores puderam compartilhar os principais problemas que enfrentam no cotidiano do exercício profissional. Os pleitos colhidos pelos diretores foram compilados em ofícios que a APBC encaminhou ao Gabinete da Procuradoria-Geral logo após as visitas às regionais.

Entre as observações feitas pelos Procuradores lotados na PR2RJ, a Associação destaca dois pontos levantados sobre as condições de trabalho: o mau

estado de conservação do carpete que reveste o piso da unidade e a idade avançada do mobiliário.

No caso dos colegas da Regional do Paraná, o maior problema que aflige o dia a dia dos Procuradores é o insuficiente quantitativo de estagiários que atende aos membros da carreira.

Os atuais onze procuradores da PREPR não podem contar com praticamente nenhum apoio de estagiários para pesquisas e diligências jurídicas, ficando, portanto, assoberbados com tarefas que seriam mais propriamente

delegadas a estagiários. A Diretoria da APBC entende que seriam necessários pelo menos quatro estagiários de Direito, em caráter permanente, para dotar os colegas que lá atuam de condições adequadas de apoio ao seu mister.

Nos ofícios, a APBC solicita ao Procurador-Geral que providencie as diligências junto à Diretoria de Administração do Banco Central com vistas à busca de soluções breves para tão importantes questões, a bem da melhoria das condições de trabalho no âmbito da PR2RJ e da PRER.

GT das 100 vagas conclui seu relatório

O grupo de trabalho constituído pela Portaria nº 66.689, de 11 de agosto de 2011, e prorrogado pela Portaria nº 67.517, de 10 de outubro de 2011, concluiu seus trabalhos e apresentou ao Procurador-Geral do BC, Isaac Ferreira, seu relatório final em 9 de novembro de 2011.

No documento, os membros do GT identificaram 115 cargos vagos e 106 candidatos em condições de serem aproveitados. Reconhecendo a necessidade de aproveitamento de todos os candidatos do último concurso, o GT apresentou uma minuta de Exposição de Motivos Interministerial, a ser submetida à direção do BC para fins de seu posterior encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Para o Vice-Presidente da APBC, Fabrício Nogueira, que acompanhou de perto o assunto, "o resultado do GT foi bastante satisfatório, abraçando a posição da APBC no sentido de que se busque o aproveitamento de todos os candidatos aprovados no último concurso. Considero que a atuação do representante da APBC, João Marcelo Magalhães, e o apoio do Procurador-Geral foram fundamentais para que se chegasse a bom termo. Não se pode esquecer, todavia, que o caminho a ser percorrido fora do BC é longo, cabendo à PGBC finalizar o trâmite interno da questão com a maior brevidade possível. O risco de RH e o risco concurso são altíssimos atualmente, de maneira que não podemos perder

essa oportunidade de deixar o quadro de procuradores bem guarnecido."

Até o fechamento desta edição, o relatório final ainda não havia sido aprovado pelo Procurador-Geral. A expectativa da APBC, contudo, era de que o dirigente máximo da PGBC encaminhasse o documento ao Diretor de Administração e ao Presidente do BC ainda no mês de dezembro, para que ele pudesse seguir, se possível ainda em 2011, para apreciação do MPOG.

Após a análise da Pasta do Planejamento, a EMI deverá seguir para a Casa Civil, a fim de que a Presidenta Dilma Roussef delibere sobre o pleito. A validade do concurso atual expira em 23 de abril de 2012.

Depois da PGBC

Um abraço amigo à carreira

É um prazer poder participar da Coluna “Depois da PGBC”. Tomei posse no cargo de Advogado da Carreira Especializada do quadro de pessoal do BACEN, na então Delegacia Regional em Belo Horizonte, em janeiro de 1977, oportunidade em que conheci colegas advogados provindos do Banco do Brasil, Caixa de Mobilização Bancária e Sumoc. Sangue novo, na área, apenas Dr. Fernando Marinho e eu.

Depois de várias e confusas alterações nos quadros de carreira do Banco, percebi num determinado momento que não conseguia identificar em que carreira estava enquadrado e qual cargo exercia. Nesta época, passei por Assistente Jurídico, Assistente Jurídico I, Assistente Jurídico II, Coordenador, Chefe de Divisão, Procurador-Chefe, mas sempre executando as mesmas tarefas (Procuratório Judicial e Consultoria Jurídica). Estávamos em plena “farra do Boi”, ou “carreirão”, como queiram.

Aposentei-me em fevereiro de 2009, quando no exercício da função de Procurador Regional. Sempre atuei em Belo Horizonte para inveja de muitos. Poderia ter sido em Curitiba para inveja de todos.

Observo, hoje, que a Carreira de



João Batista com as netas Laura e Livia

Procurador do Banco Central se encontra institucionalmente consolidada, refratária a influências externas e especializada. Conta com um quadro de Procuradores comprometidos e Gestores de ponta, com seguros instrumentos de controle dos serviços, adequada estrutura física, procedimentos e rotinas normatizados.

Foi um privilégio conviver, durante a atividade, com colegas bem humorados e de substancioso saber, quer da Procuradoria Geral, quer daqueles espalhados pelas Regionais. Ponto alto da vida funcional: ter participado das sonolentas reuniões de coordenação havidas na Procuradoria Geral, em Brasília, de que guardo ótimas lembranças,

Logo após a aposentadoria, passei a residir em Brumadinho (MG), município mineirão, bem próximo de Belo Horizonte, onde tenho me dedicado, preferencialmente, ao ócio, atividade que tenho exercido, por claro, com alguma facilidade.

Leitura (exceto livros técnicos), cerveja, pinga (de Unaí-MG) e cabrito “Piri-Piri” integram meu tempo livre. E ainda sobra espaço para a família e atividades domésticas, ora obrigatórias.

Êxito à APBC nessa luta e busca constante do aprimoramento técnico e valorização da Carreira de Procurador do BC. Um abraço amigo em todos os colegas com quem tive o privilégio do convívio e oportunidade de aprendizagem para as coisas da vida.

Por João Batista Filho
Procurador do BC aposentado

Talentos da PGBC

Procurador publica artigo em revista comemorativa

A editora Revista dos Tribunais vai comemorar seu centenário. Para afirmar ainda mais a sua importância no meio jurídico, a editora vai preparar um número especial com a reunião de vários artigos que, durante sua trajetória de sucesso, fizeram parte de seus periódicos.

Entre os artigos escolhidos, destaque para o texto intitulado “Prazo de manutenção de anotações no CCF e o novo Código Civil”, cujo autor é o Procurador do Banco Central e associado Paul Medeiros Krause. “Ter sido escolhido para ser republicado em uma obra comemorativa dos cem anos da Revista dos Tribunais significa que os trabalhos elaborados na Procuradoria do Banco Central detêm grande qualidade técnica, apreciada também fora do nosso ambiente”, diz o autor.

Krause ratifica ainda que o fato da escolha de seu artigo não é mérito pessoal, e sim a expressão de uma autarquia que lhe proporciona a possibilidade de desenvolver um bom trabalho e que, além de contribuir para questões pertinentes ao BC, serve de referência para as demais áreas que atuam com o sistema financeiro em sua amplitude.

A publicação é fruto de um trabalho da Procuradoria do Banco Central, PARECER/2003/00119/DEJUR/PRBAD, motivado por uma consulta sobre a lei do novo Código Civil que entrou em vigor em 2003. Naquela época, surgiram dúvidas sobre se o prazo de cinco anos para a conservação de registros negativos em cadastros restritivos de crédito teria sido reduzido para três anos.

O parecer foi elaborado por Paul Krause, sob a coordenação de Marcus Vinícius Saraiva Matos e de Ailton César dos Santos. Em seguida, o parecer foi transformado em artigo e encaminhado à Revista dos Tribunais, que publicou a obra.

Paul Krause admite que, do ponto de vista profissional, a republicação é um estímulo, não só para ele, mas em especial para todos seus colegas, no sentido de explorar ao máximo as potencialidades, “que às vezes não nos damos conta e que podem estar adormecidas”, declara. E continua, “é importante termos a dimensão daquilo



que podemos oferecer e do que o Banco Central nos oferece”.

Produção

O artigo versa sobre o prazo de conservação de anotações no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF, na vigência do novo Código Civil.

O Código Civil trouxe uma disposição (art. 206, § 3º, VIII) segundo a qual o prazo de prescrição da pretensão para haver o pagamento de título de crédito, ressalvadas as disposições contidas em lei especial, é de três anos.

Como o art. 43, § 5º, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor estabelece que não podem ser fornecidas informações restritivas, armazenadas nos serviços de proteção ao crédito, relativas a débitos já prescritos, houve quem – especialmente a mídia não especializada – apressadamente afirmasse que o prazo de três anos se aplicaria às dívidas consubstanciadas por cheque, e também no que se refere às anotações no CCF.

Homenagem

Procuradores se despedem do colega Tomiatto

O Jornal da APBC reserva espaço especial de homenagem ao colega Procurador do Banco Central Valdinei Tomiatto. Lotado na Regional de Curitiba, o procurador faleceu em 4 de novembro de 2011

Meu irmão Valdinei Tomiatto, Ninguém autorizou você a nos deixar tão cedo!! Só me resta, então, nesta hora, lembrar o poema de Fernando Pessoa, A Morte chega cedo:



Valdinei Tomiatto,

“Nosso amigo...”, a notícia vinha do celular soluçadamente transmitida pela Liliane.

Vinte dias desde então e, longe de abrandar a dor, cada um deles tem servido para mais bem aquilatar a verdadeira dimensão da perda precoce daquele que, se não foi longo, compensou com lições de devotamento profissional que

perdurarão por anos.

Num primeiro momento não pareceu crível: a sexta-feira fora tão rotineira, tão como tantas outras, sem nenhum sentimento do que nos espreitava, mas cobrando humildade e compreensão das limitações da vida.

Depois, a tosa tentativa de fingir ausência temporária para participar de curso poderia mitigar a realidade.

Agora, requer-se têmpera de herói passar pela sua mesa e seu gabinete, em que tantas vezes interrompeu seus muitos afazeres para generosamente me atender com a mania de tirar os óculos para ler, sempre inteirado de tudo, como se nada da Procuradoria lhe fosse alheio, nos detalhes mais pormenorizados.

Deixou-nos, mas nos deixou mais preparados para, sob a inspiração de seu exemplo, nos sairmos bem nos desafios da vida profissional.

Aos amigos do Tomiatto, deve servir de consolo cristão o subtítulo emprestado de um dos livros que me deu recentemente: “não há silêncio que não termine”.

Luiz Carlos Andrade Rocha

O que dizer do nosso grande amigo Tomiatto?

Tomiatto poderia ser assim definido: um homem simples, claro e objetivo, que se fazia entender com poucas palavras.

Ao folhear os autos e Pts, enxergava aquilo que quase ninguém via. Ao nos dar as diretrizes, saíamos satisfeitos, com a certeza de que estávamos fazendo a coisa certa.

Em um mundo onde certos valores, como a ética e a honestidade, parecem ter sido esquecidos, Tomiatto nos mostrava: sim, ainda há pessoas em quem podemos confiar.

E foi com toda esta simplicidade e objetividade que ele escolheu partir. Após um dia comum, a notícia: Tomiatto se foi. Simplesmente partiu, sem despedidas, sem explicações.

Parecia inacreditável.

Na vida profissional, um procurador competente, comprometido com a instituição, sempre disposto a nos ajudar.

Na vida pessoal, o amor pela esposa, pelas filhas e pelas suas origens, manifestado pelas lembranças da “grande” Cianorte. Poderíamos ousar em dizer: de Cianorte para todo o Brasil!

Tantas viagens, tantos amigos, tanta saudade!

Por onde passou, Tomiatto deixou boas lembranças.

Deus o chamou para trabalhar ao seu lado, mas ele sempre continuará vivo em nossas memórias.

Agora, ficam as boas lembranças e os ensinamentos.

E para finalizar basta uma palavra: saudade!

Fernanda Rosa de Oliveira Rodrigues

Liliane Maria Busato Batista

Querido amigo-irmão Tomiatto,

No mar lavei minha tristeza senti uma paz azul. Não pude estar presente em tua partida, fui ao mar ouvir-te nas ondas, no vento. Enternecido, perscrutei luz e voz diáfanas de lembranças, mesmo as tristes, dignas. Ajoelhei minha devoção no grande templo com o tempo de acender conta por conta, o grande terço e ver postar-se o cruzeiro. A paz então se fez, na trajetória de um voo.

Lenivaldo Gaia

EXPEDIENTE

Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil - APBC

Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 5, Bloco K - Edifício OK Office Tower, Sala 606 - CEP: 70070-050 - Brasília (DF)
Telefones: (61) 3321-0337 e (61) 8181-4300 - Site: www.apbc.org.br - Email: apbc@apbc.org.br - Twitter: @ProcuradoresBC

Gestão 2011/2013

Presidente
Fabiano Jantalia Barbosa (DF)
Vice-Presidentes
Fabrício Torres Nogueira (DF)
Thiago de Castro Mello (RS)
Secretário-Geral
Ricardo Ferreira Balota (DF)
Diretor Financeiro
Sérgio Murta Machado Filho (DF)
Diretor Social
José Augusto Sansoni Soares (DF)
Diretor Institucional
Dilson José Condé Freire (PE)

Conselho Fiscal
Albino Matias da Natividade (PR)
Júlia Wanderley Vale Cadete (DF)
Leandro Sarai (SP)

Representantes Regionais

Representante na Bahia
José Alves da Rocha Reis Neto
Representante no Ceará
Marcela Freire Torres
Representante no Distrito Federal
Marcus Paulus de Oliveira Rosa

Representante no Pará
Adnaldo Dominices Baia Filho
Representante no Paraná
Andre Cerqueira Correa
Representante em Pernambuco
Ednaldo Barbosa de Lima
Representante no Rio de Janeiro
Renan Legay Vermelho
Representante no Rio Grande do Sul
Maurício Henrique Souza e Silva
Representante em São Paulo
Luiz Haroldo Gomes Soutello